



Comunicação: Presidente da Associação de Professores de
Educação Visual e Tecnológica (APEVT)

1. Ensinar, aprender e avaliar no Ensino Básico. Metas curriculares – “Com programas sem metas, metas sem programas, metas desajustadas, entre muitas outras incongruências”

Qualquer professor confrontado com a realização do seu trabalho letivo interroga-se sobre o QUE ensinar? Para quê? O quê? COMO? Com quem? etc.

Estes níveis de decisão formam um todo e como qualquer sistema, a alteração num desses elementos interage com todos os outros.

Nas opções do **QUE** ensinar, os professores têm como referência o currículo nacional, este deve contemplar os grandes objetivos para a aprendizagem dos alunos, o que inclui as principais finalidades a desenvolver e os tipos de experiências que devem ser proporcionadas a todos. **Neste primeiro nível (político)**, o currículo é identificado como um conjunto de orientações estabelecidas pelas autoridades educativas: **Orientações Curriculares Globais; Competências Gerais Terminais de Ciclo; Princípios; Opções; Estrutura do Plano Curricular (conceptualização).**

Um outro nível (técnico), está associado ao modo **COMO** o professor orienta e organiza efetivamente o processo de ensino-aprendizagem e ao princípio de que a sua concretização é congruente com o primeiro nível, embora requeira interpretações de cada contexto de trabalho: os **Programas; as Orientações Gerais; as Competências Gerais e específicas; os Princípios e opções metodológicas; Estrutura Curricular (componentes e conteúdos)**

Ora, em 2012, o Ministério da Educação e Ciência revia a estrutura curricular do Ensino Básico e Secundário e extinguiu EVT, dividida em duas disciplinas. Criaram-se Metas Curriculares para essas duas novas disciplinas, mantendo intacto o programa de EVT, e pôs-se fim ao par pedagógico (criado em 1968).



A APEVT, como muitas outras organizações,¹ opôs-se às mudanças, criticou o fim de Competências que considerava essenciais e viu nas **Metas Curriculares um retrocesso psicopedagógico com implicações metodológicas no processo de ensino aprendizagem. As metas curriculares para além de não estabelecerem as referências programáticas, não apresentaram qualquer enquadramento conceptual e fundamentação científica das mesmas.**

Na devida altura a APEVT mencionou sobre as Metas:

“Não podemos deixar de referir a falta de respeito que o processo e os termos formais do documento evidenciam para professores e escolas e, uma objetiva desvalorização socioeducativa destas áreas curriculares. Este comportamento inaceitável e eticamente reprovável é evidenciado pelo seguinte: - **Ausência** de enquadramento programático; - Ausência de fundamentação e de enquadramento das opções assumidas na proposta das metas curriculares; - Ausência de enquadramento das categorias conceptuais que organizam os domínios estruturantes da proposta; - Ausência de fundamentação da proposta de novos blocos de conteúdo a integrar as aprendizagens; - Ausência de uma proposta de articulação vertical das metas curriculares no 1º, 2º e 3º Ciclos;”.

As metas conduziram assim a uma atomização do currículo, com cada disciplina por si, criando uma "manta de retalhos", com a introdução da ideia de classificar as disciplinas entre estruturantes e não estruturantes levando ao estreitamento do currículo e a conseqüente

¹ As siglas EVT apareceram em 28 ocorrências no documento síntese que o MEC elaborou dos pareceres que recebeu para a revisão da estrutura curricular em 2011.

“(…) Conjunto das propostas/sugestões constantes dos contributos provenientes das várias **Associações, Sociedades Científicas, bem como Instituições de Ensino Superior, Associações de Professores, Associações Sindicais e Organizações Políticas:**

Conselho de Escolas – Proposta de manutenção da disciplina de EVT no 2.º ciclo. **Escolas dos Salesianos em Portugal** – Não consideram necessária a divisão de EVT em 3 disciplinas. **Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais** – Manutenção da disciplina de EVT e do par pedagógico. – **Associação Nacional de Professores de Educação Visual e Tecnológica (APEVT)** – Defende a manutenção da disciplina de EVT no 2.º ciclo do ensino básico, com o atual regime de docência, pois promove a integração disciplinar, um modelo de sucesso e de melhoria da qualidade do ensino e das aprendizagens. **Associação de Professores de Expressão e Comunicação Visual (APECV)** – A substituição da disciplina de EVT por duas disciplinas e a criação de uma terceira (TIC) aumenta a dispersão em vez de a reduzir. **Associação Nacional de Professores de Educação Técnica e Tecnológica (ANAPET)** – Proposta de manutenção da disciplina de Educação Visual e Tecnológica, enquanto unidade curricular autónoma. **(FNE)** – Não entende as vantagens da desagregação da disciplina de Educação Visual e Tecnológica em duas disciplinas, considerando mais vantajosa a manutenção do regime anterior/ pelas potencialidades que cria o trabalho de equipa nesta disciplina. Não é possível por razões de segurança, de prática letiva, por razões pedagógico-disciplinares, de rentabilidade e aquisição de competências, que as disciplinas de EVT/ET/EV sejam lecionadas por um só professor e com a turma inteira, assim como numa aula experimental de Físico-Química ou Ciências da Natureza; **(FENPROF)** – A substituição de EVT por duas disciplinas, das quais se desconhecem os programas e que aumentam a dispersão curricular. Manifesta a sua clara oposição à eliminação da disciplina de EVT e do seu funcionamento em par pedagógico. **Organização Nacional de Estudantes Socialistas do Ensino Básico e Secundário (ONESEBS)** – Tendo em conta que os empregos do futuro terão incontornavelmente uma componente tecnológica muito mais avançada, a JS considera que a proposta de eliminar a disciplina de EVT, criando três disciplinas separadas, assim como de eliminação de ET e de TIC no 9.º ano, irá resultar na perda de competências tecnológicas dos estudantes. **(FENEI/SINDEP)** – Deve ser assegurada a manutenção da disciplina de EVT, justificando-se esta, por um lado, pela vantagem de não aumentar o número de disciplinas do 2.º ciclo e por outro, em termos pedagógicos por permitir a integração dos conceitos das artes e tecnologias (...)”



desvalorização e alteração dos modelos disciplinares e tempos escolares dedicados às disciplinas do currículo. Colocando deliberadamente professores contra professores.

Não existe portanto qualquer possibilidade conciliatória entre as Metas e um perfil de Competências nos pressupostos do desenvolvimento curricular que defendemos. Por essa razão recusamos desenvolver uma análise que potencie a atual realidade.

Pôs-se fim à EVT que tinha surgido pela melhoria da qualidade de ensino permitida pelo alargamento da escolaridade básica **numa lógica integradora da reorganização dos Planos Curriculares de 1989 – Área Artística e Tecnológica**. Surgiu também, como expressão das linhas de força que se desenhavam nas boas prática dos professores, (institucionalizava-se o instituinte) e como afirmação de integração de culturas, particularizando aqui a artística e a tecnológica.²

Desmembrava-se uma disciplina com duas componentes integradas e com uma metodologia nos antípodas das crenças do ministro. Efetivamente, os pressupostos metodológicos da disciplina que dão importância à individualidade do processo de aprendizagem do aluno³ **visam a solução de problemas** que despertam o interesse do aluno a ponto de desejar resolvê-los e neste sentido o método torna-se um processo de criação.

Enquanto as Unidades Didáticas se centram em conteúdos, as **Unidades de Trabalho** organizam-se, segundo as fases do método de resolução de problemas que implicam o tratamento de Conteúdos que vão sendo necessários mas não se centram neles.

A própria natureza da disciplina define a sua metodologia, centrada no aluno, na entrada do ensino pelo processo, na integração da forma expressiva e produtiva da ação.

² O programa da disciplina afirma que “EVT promove a compreensão, a criação e a intervenção nos domínios da estética e da tecnologia, através de um processo integrado, em que a reflexão sobre as operações e a compreensão dos fenómenos são motores de criatividade.”.

³ A origem do método de resolução de problemas no seu sentido lato derivam do funcionalismo de Dewey ao considerar que a reflexão durante a acção é indispensável à aprendizagem. Como método de ensino a resolução de problemas pretende o desenvolvimento do pensamento reflexivo que permita ao aluno passar por um caminho do pensamento científico utilizando o raciocínio indutivo e dedutivo que leva à descoberta. Os estudos de Piaget preconizam a ideia de que cada um de nós tem as suas próprias estruturas mentais, que cada um aprende à sua maneira, ao seu ritmo e tem as suas próprias necessidades de aprender. (cada novo conhecimento insere-se numa estrutura mental prévia modelada pela experiência...)



Efetivamente sempre fomos **uma área de sucesso e um contributo inquestionável não só para a inclusão e para o combate ao insucesso escolar** (pois somos um lugar educativo de forte realização pessoal do aluno), **mas que também possibilita o desenvolvimento de estratégias educativas inter e multidisciplinares orientadas para a heterogeneidade dos públicos escolares.**⁴

A EVT dava mais vida á vida das escolas! "Como se não bastasse, a área das expressões foi ainda reduzida, por outra via, ao fazer-se definir a componente não disciplinar que acabou por ser reduzida à sua expressão mínima, passando o 2.º ciclo a contar, neste domínio, com 9% do currículo obrigatório, o que correspondia a pouco mais de metade do que lhe tinha sido atribuído em 2001 (17%). No 3.º ciclo e ensino secundário a redução foi ainda superior, passando de 14% para 3%. Esta redução deve-se à **extinção da área de projeto** em todos os graus de ensino e da área de estudo acompanhado no 3.º ciclo. Resumindo, em 2011 a componente curricular não-disciplinar viu substancialmente reduzida a sua proporção no currículo obrigatório, ficou privada da **dimensão de projeto**, manteve o estudo acompanhado apenas no 2.º ciclo." PEV

Esta área artística e tecnológica foi assim, até à última revisão curricular. Ao contrário de uma dimensão curricular baseada na prescrição de matérias e da ordem do ensino, (como imposto pelas Metas), os programas das disciplinas das Áreas Artísticas e Tecnológicas sempre se fixaram deliberadamente a um nível de grande abertura e flexibilidade.

Por tudo isto, queremos RETOMAR E SER um lugar de realização pessoal e social promotora de aprendizagens significativas e de forte inclusão escolar.

2. Ensinar, aprender e avaliar no Ensino Básico - Que perfil de competências deve desenvolver o cidadão do século XXI de forma a contribuir para uma sociedade mais desenvolvida, mais justa e democrática?

Na última legislatura, assistiu-se a uma mudança radical que visou única e obsessivamente a redução do número de professores ao serviço da escola pública em Portugal, agravou questões

⁴ APEVT defende um regime de avaliação baseado nos três pilares de consecução, (avaliação diagnóstica; formativa e sumativa), dando, por força da natureza da sua Área Educativa, maior ênfase **quer à avaliação diagnóstica quer, á avaliação formativa**. Por essa mesma razão não defende regimes de prestação de prova, (exames nacionais), e a existirem deverão ser para fornecer dados contributivos para a superação de dificuldades do aluno na progressão das aprendizagens (provas aferidas) e na perseguição do perfil de competências, atitudes e capacidades de cada ciclo.



pedagógicas em contexto de aula e ainda **inverteu o paradigma da escola inclusiva** para uma visão seletiva e dual da escolaridade.

A APEVT quer **literacias artísticas e tecnológicas assentes em modelos disciplinares coerentes, integradores e sequenciais nos ciclos de estudo:**

- Expressões no 1.º ciclo (ciclo integrado de estudos);
- Educação Visual e Tecnológica no 2.º ciclo (de áreas de caráter pluridisciplinar);
- Educação Visual e Educação Tecnológica no 3º ciclo, (de disciplinas ou grupos de disciplinas de caráter específico e estímulo vocacional);
- Ensino Secundário (diversificado por disciplinas com caráter profissionalizante e/ou de prosseguimento de estudos), com qualificações cruciais para o aumento da empregabilidade, baseados na prática de projeto e experimentação.

Em 2011 o Ministério da Educação definia um conjunto de competências consideradas essenciais e estruturantes no âmbito do desenvolvimento curricular, para cada um dos ciclos do ensino básico. Tratou-se de um documento essencial no processo de inovação que se iniciou em 1996 com a reflexão participada sobre os currículos, enquadrada com os programas escolares então em vigor e apoiando a construção de uma nova cultura de práticas autónomas e flexíveis de gestão curricular. As Competências Gerais transversais concretizavam-se em cada campo específico do saber e para cada contexto de aprendizagem.

APEVT está disponível para a construção de um projeto educativo sólido e de qualidade, sobretudo no que diz respeito à evolução da organização curricular das áreas educativas da Educação Visual/Artes Visuais e Educação Tecnológica.

Esse projeto poderá ter como referência as “Competências Essenciais” referidas, que se mostram atuais para um desafio curricular do século XXI.⁵

O perfil de saída do aluno para o século XXI deverá basear-se numa escola de verdadeira gestão flexível do currículo adaptada aos contextos locais dos territórios educativos e aos novos

⁵ Entre outras destacamos as seguintes: -Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e abordar situações problemas do quotidiano; - Usar adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico; - Adotar metodologias personalizadas de trabalho e organizar informação para a transformar em conhecimentos mobilizáveis; - Adotar estratégias adequadas à resolução de problemas e tomadas de decisões; - Relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço numa perspetiva pessoal e interpersoal promotora da saúde e da qualidade de vida.

tempos de operacionalização curricular, (trabalho entre pares; constituição de equipas curriculares; utilização de meios *on line*; organização de turmas projeto etc.).

Uma educação básica (12 anos), no século XXI, tem forçosamente de desenvolver as capacidades de resolução de problemas técnicos e científicos, as capacidades de experimentação, observação e análise dos produtos e fenómenos tecnológicos, as capacidades de produção técnica e de práticas produtivas com transformação de materiais objetivadas em produções materializadas fisicamente.

O universo formativo no âmbito da Educação Visual contém várias categorias de conteúdos fundamentais na configuração do campo formativo desta área educativa na atualidade, a saber: - O processo design (como eixo estruturante das relações de articulação interdisciplinar entre a Educação Visual e a Educação Tecnológica); - A obra de arte / A arte contemporânea / Diálogo com a obra de arte; - A imagem quotidiana e imagem artística / A análise da imagem; - A narrativa visual / a imagem sequencial / a BD; - A expressão e representação tridimensional, etc.

Do mesmo modo, o universo formativo no âmbito da Educação Tecnológica contém várias categorias de conteúdos fundamentais na configuração do campo formativo, nomeadamente: - O processo design (como eixo estruturante das relações de articulação interdisciplinar entre a Educação Visual e a Educação Tecnológica); - Comunicação e gestão e organização da informação; - Análise, (re)desenho e construção do objeto técnico; - Os materiais; A energia; Estruturas resistentes; Movimento e mecanismos, etc.

Contudo, persistem omissões conceptuais no debate em curso, que encerra um sentido não declarado de uma conceção curricular determinada.

A integração das diferentes áreas e disciplinas num domínio designado das Expressões no currículo comporta equívocos e uma orientação não clarificada para a inclusão de diferentes disciplinas nomeadamente, nos modelos de organização disciplinar e no papel formativo que desempenham em cada um dos ciclos de estudo.

Estamos portanto, perante um universo de conceitos por clarificar:

- De que Educação Artística se fala nos diferentes ciclos de estudo?
- Porque existe uma omissão sobre a Educação Tecnológica?

- Porque permanece uma perspetiva reducionista relativamente à Educação Tecnológica confundida com as tecnologias digitais / informáticas.
- Que formação artística nas formações vocacionais e profissionalizantes do secundário?
- Que lugares para a formação e Educação Artística na escola: o currículo regular e os espaços extracurriculares.
- Porque se reduz sempre carga curricular nesta área educativa?

As reorganizações dos planos curriculares das últimas décadas, contribuiram para o desequilíbrio entre disciplinas e áreas curriculares. Independentemente do mérito de algumas dessas reformas, **a diminuição sucessiva de tempos curriculares** tem sido uma realidade: em 1974, EV, TM e TO possuíam no Ciclo Preparatório e Unificado **13 Tempos curriculares e 6 professores**. Hoje, EV e ET contêm nos 2º e 3º ciclos **6 Tempos e 3 professores**.

- Será convicção generalizada de que a dimensão técnica não é compatível com a felicidade pessoal na sociedade dos nossos dias ou, que a dimensão artística está para o currículo como a austeridade socioeconómica está para a cultura?

Estas e outras interrogações merecem respostas.

A APEVT afirma o seu total empenho na construção de um currículo abrangente e coeso para a escola portuguesa. Neste quadro, defendemos que qualquer alteração passará necessariamente por um processo e modelo que integre as seguintes fases:

- Elaboração de uma proposta base;
- Discussão pública (auscultação e envolvimento das entidades que trabalham estas áreas);
- Programa de experimentação, acompanhamento, apoio e monitorização;
- Formação / atualização da formação contínua de professores;
- Plano de implementação (monitorização e avaliação com desenvolvimento de dispositivos de regulação).

Carlos A. S. Gomes,
Lisboa, 12 de Maio de 2016